

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL DIALÓGICA E OS ESPAÇOS PÚBLICOS: UM OLHAR TECIDO A PARTIR DA PRÁXIS DE UM GRUPO DE AGENTES PÚBLICOS

*Pedro Henrique Alves Camelo*

## Introdução

Este artigo apresenta algumas reflexões de treze anos de atividade profissional em uma instituição pública localizada no centro de Fortaleza/CE, que me favoreceram perceber a importância de nós agentes públicos construirmos um projeto de educação ambiental dialógico, a partir de nossas parcerias. Como diz Figueiredo (2007), escolher uma concepção de educação é uma decisão eminentemente política, pois ela referenciará uma práxis educativa.

Em fevereiro de 1994, quando compareci para tomar posse no cargo de Inspetor de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE), fiquei fascinado com as instalações antigas do prédio, uma relíquia histórica datada do início do século passado. Trata-se de um prédio de cinco andares, situado na famosa rua Sena Madureira, nº 1.047, vizinho à Cidade das Crianças no centro de Fortaleza.

Desde criança, na década de 1970, gostava de ir com meus irmãos mais velhos ao centro de nossa capital, ficava a admirar os prédios, a Praça José de Alencar, a Praça do Ferreira, o Passeio Público com sua paisagem verde e as garotas a exibirem seus corpos, sem esquecer de citar o Cine São Luiz com sua programação de férias, são verdadeiros símbolos que guardo de minha meninice.

Então, essa oportunidade de passar a viver boa parte de minha vida próximo a esses pontos históricos foi uma alegria a mais, já que o emprego público foi sem dúvida a consagração pelos anos de preparação escolar.

A minha relação com o prédio do Tribunal se tornou um caso de amor, a estrutura antiga, que para muitos dos nossos colegas que também haviam assumido vagas no concurso se tratava de uma estrutura decadente, eu via como um monumento de beleza e história de nossa cidade.

Com o passar dos primeiros cinco anos no exercício das funções públicas, já me sentia íntimo com a Casa, apesar das ruas, prédios e as praças de nossa vizinhança me serem familiares desde o tempo de menino. Nos intervalos diários de minhas atividades profissionais, tomei gosto em sentar nos bancos da Praça do Ferreira, pois me chamava a atenção ver senhores aposentados e anônimos espontaneamente narrarem histórias da praça, do centro e suas transformações.

Entretanto, no decorrer desses anos aconteceu um episódio de agressão humana às instalações do prédio do TCE, que contribuiu com o meu compromisso como educador de formação e funcionário público em querer conhecer o que os nossos colegas pensam sobre a gestão ambiental de nossa instituição, para pensarmos numa proposta de gestão compartilhada, pois esse órgão, ao acompanhar a destinação do orçamento do Estado do Ceará, presta importante função para sociedade cearense.

## A Instituição TCE

O Tribunal de Contas é um órgão constitucional que tem como missão “exercer o controle externo da administração pública estadual para assegurar à sociedade a regular e efetiva gestão dos recursos públicos.” (TCE, 2005).<sup>1</sup> Controle externo nesse caso se refere às atribuições dos servidores do TCE de irem até os órgãos públicos do estado para analisarem como os gestores públicos, secretários de estado, presidentes de instituições públicas, superintendentes, reitores de universidades do estado, desembargadores, procuradores, defensores, juízes do Tribunal de Justiça, o Governador do Ceará, ONGs e qualquer cidadão que receba verba pública, administram e prestam contas dessas verbas, ou mesmo verbas destinadas para projetos, convênios, programas, campanhas etc, bem como mantêm os imóveis e demais bens da sociedade cearense.

Essa instituição tem setenta e três anos de história no Ceará, sempre domiciliada no centro de Fortaleza. Funcionou na década de 1930 nos altos do edifício existente ainda hoje na confluência

---

<sup>1</sup> *Manual da Política da Qualidade do TCE/CE.*

PERGAMUM  
BCCE/UFC

das ruas Guilherme Rocha e Floriano Peixoto, onde até recentemente funcionava a conhecida APLUB.<sup>1</sup>

Naqueles idos de 1935, a parte térrea do edifício era ocupada por casa comercial bastante conhecida pela população da época, denominada Rosa dos Alpes. Posteriormente, nos meados da década de 1940, surgiu o tradicional Café Globo, mais tarde desaparecido e, agora, apenas uma lembrança na memória dos mais antigos.

Dali o Órgão transferiu-se para o prédio da antiga Assembleia Legislativa (Palácio Senador Alencar, hoje sede da Academia Cearense de Letras), e sucessivamente para o 4º andar da Secretaria de Polícia, na Praça dos Voluntários, de onde saiu em 1960 para os altos do Edifício Butano, na rua Major Facundo.

Por fim, estabeleceu-se definitivamente na atual sede própria, quando então o famoso prédio Pajeú deu lugar a uma nova história, transformando-se em Edifício Presidente Antônio Coelho. Uma placa de bronze, à entrada do prédio, conserva a data e os nomes desta conquista. Nela está escrito o seguinte: “Edifício Presidente Antônio Coelho – Adquirido no Governo do Ministro Plácido Aderaldo Castelo.”

Oportunamente em convivência com os colegas de trabalho, tive o prazer de conhecer uma das pessoas mais ilustres da cultura de nosso estado, César Barreto, advogado, professor, poeta, compositor, cantor e ator. Esse nobre colega me narrou que no prédio de nossa instituição já funcionou a extinta Ceará Rádio Clube, onde ele quando criancinha costumava se apresentar nos programas infantis de auditório, e aqui relato alguns trechos dessa conversa, por considerar importante mostrar parte da história desse prédio que é um patrimônio de nossa cidade.

## Os Relatos sobre o Edifício Pajeú

A década de 1950 é assinalada pela competição radiofônica em nosso estado, que começara em outubro de 1948 com a inauguração da Rádio Iracema de Fortaleza. Nessa década, foram anos de grandes contratações artísticas, possivelmente o momento

---

<sup>1</sup> Previdência Privada.

de maior valorização do rádio cearense, quando a emissora Ceará Rádio Clube, que desde 1949 mudara os seus estúdios para o Edifício Pajeú, 1º e 2º andares, na rua Sena Madureira, nº 1047, dispunha de apreciável auditório de 500 lugares, onde segundo o nobre poeta César Barreto, às vezes era insuficiente para receber multidões que desejavam aplaudir, de preferência os grandes cartazes internacionais que nos visitavam.

Participaram da festa de inauguração do auditório da Ceará Rádio Clube no dia 13 de maio de 1949, grades expressões artísticas da época, como o pianista e compositor cearense Aloísio Pinto, Nelson Gonçalves, Luiz Gonzaga, Nilo Sérgio, Rosita Mir e Carmen Santos. É importante destacar que a diretoria dessa rádio que era referência para o país, foi inicialmente composta pelas seguintes figuras de nosso Ceará – Paulo Cabral de Araújo (diretor geral), Manuelito Eduardo (diretor do departamento musical), Mozar Brandão (maestro), Igor Olimpiew (diretor do departamento técnico) e Virgílio Machado (chefe de publicidade).

Orquestras internacionais como a de Xavier Cugat, Augustin Lara, Los Estudiantes, Cassino de Servilha, além das grandes orquestras brasileiras também passaram pelo auditório do então Edifício Pajeú.

Segundo o nobre colega, conhecidas personalidades brasileiras da época também se apresentaram naquela que passou a ser nossa Casa – Carlos Ramirez, Vicente Celestino, Gilda de Abreu, Pagano Sobrinho, Orlando Silva, Sílvio Caldas, Lúcio Alves, Isaurinha Garcia, Dorival Caymi, Carmen Costa, Luiz Gonzaga, Dalva de Oliveira, e muitos outros que o público cearense e nordestinos tiveram o privilégio de aplaudir.

## O Centro de Fortaleza

Desde a década de 1990 percebemos que o centro de nossa Fortaleza sofre um processo de degradação ambiental e de esvaziamento residencial, porém, esse bairro continua como principal espaço público para as demandas de grupos, associações, sindicatos e ONGs em suas lutas e reivindicações coletivas e populares, os chamados seguidores dos Novos Movimentos Sociais (NMS), como diz Scherer-Warren (1999):

Nos anos recentes novas formas de auto-organização e de relacionamento interorganizacional têm sido propostas pelos atores sociais interessados nos processos de transformação social com base na ação coletiva.

A necessidade da preservação ambiental não é apenas para ser discutida de forma pontual, demanda discussões com os diversos setores da sociedade. A preocupação com o estado do meio ambiente não é recente, porém, foi nas últimas três décadas do século XX que ela entrou na agenda dos governos de muitos países e de diversos segmentos da sociedade civil organizada. Entretanto, no âmbito institucional, esta preocupação é ainda mais recente.

No que se refere à cidade de Fortaleza, a exemplo de outras capitais do país que enfrentam a questão da violência urbana, a mendicância e a precariedade na conservação dos espaços públicos, a opção pela transferência de lojas, escritórios, cinemas, restaurantes e outros, é fato concreto e assustador, pois a cultura dos grandes e pequenos shoppings está favorecendo o esvaziamento do comércio e demais instituições, em nome da “oferta de melhor segurança para a população.”

Emerge a necessidade de se pensar os rumos de nossa região central, por meio de políticas que promovam a revitalização, a requalificação e o zelo para com os nossos logradouros, monumentos e às poucas áreas verdes, como o Parque da Liberdade, conhecido como Cidade das Crianças, localizado no entorno do Tribunal. Este logradouro público foi por muito tempo ponto de encontro dos namorados, segundo o “site de Fortaleza”,<sup>1</sup> antigamente era chamado de Lagoa do Garrote, local de descanso dos viajantes. Hoje, a Cidade das Crianças encontra-se totalmente murada, com grades de ferro e com sua arborização exuberante.

A Praça do Ferreira foi inaugurada em 1929 com o nome de Feira Nova; em 1971 recebeu a denominação de Praça do Ferreira em homenagem ao boticário Antônio Rodrigues Ferreira. Essa praça é indiscutivelmente o ícone do centro, onde ao seu redor os inúmeros prédios de importância histórica dividem espaço com diversos estabelecimentos comerciais. Ela também permanece como local vital para as grandes demandas da sociedade cearense, por meio

---

<sup>1</sup> [www.fortalecza.br](http://www.fortalecza.br).

de reivindicações, manifestações, atividades culturais, artísticas, campanhas nacionais de prevenções de doenças, vacinas, enfim, constitui-se, como diz Souza (2007, p. 49), a respeito dos movimentos sociais:

Os movimentos sociais populares têm constituído um espaço permanente de confronto de saberes num processo em que as necessidades populares se transformam em demandas sociais (econômico-ideológicos) e se elaboram propostas para sua satisfação: projetos emergenciais e históricos.

Na Praça do Ferreira também está localizado o Cine São Luiz, sendo o maior cinema da cidade, com capacidade para 1500 pessoas. Esse patrimônio tem Tombo Estadual segundo a Lei Nº 9.109, de 30 de julho de 1968. Em 1995, o Cine São Luiz passou a ser o espaço de apresentação do Cine Ceará. É também o principal espaço de outros festivais de cinema que ocorrem em Fortaleza.

Atualmente está arrendado à Fecomércio (Federação do Comércio do Estado do Ceará), atendendo a população com o centro Cultural SESC Luiz Severiano Ribeiro. O referido cinema sofreu com a concorrência das modernas salas de projeção dos shoppings centers e com a desvalorização do centro. Desde outubro de 2005, o Centro Cultural é palco de festival de Jazz, Blues e de shows, além das típicas exibições de filmes, porém, pouco prestigiado pela população.

A discussão da preservação desses espaços e logradouros mencionados requer envolvimento de grupos, governos, associações, comércios, instituições financeiras, anônimos e sobretudo as repartições públicas que vêm se mantendo nessa região central do estado.

Na atualidade, o meio ambiente parece ser um tema da moda e de fácil discussão, posto que ganhou as ruas, os auditórios, a imprensa e faz parte do vocabulário dos políticos, empresários, administradores, líderes sindicais, ONGs e cidadãos de um modo geral. No entanto, a cultura do desperdício é algo preocupante e que parece distante de ser encarada como problema para a humanidade. No que se refere aos espaços públicos das regiões centrais das capitais do país, é algo notório e complicado de ser administrado.

É comum apontar a Revolução Industrial como um marco importante na intensificação dos problemas ambientais, entre-

tanto a maior parcela de emissões ácidas, de gases de estufa e de substâncias tóxicas resulta das atividades industriais em todo o mundo. O lixo gerado pela população urbana cada vez mais está composto por restos de embalagens e de produtos industriais. O uso de inseticidas, herbicidas, fertilizantes, implementos e outros produtos industrializados fez com que a agricultura se tornasse uma atividade intensiva em degradação ambiental.

Grande parte dos problemas ambientais produzidos por agências bancárias, escritórios, consultórios, lojas, escolas, repartições públicas, hotéis, hospitais, aeroportos e outros estabelecimentos de serviços se deve aos materiais industrializados que dão suporte às suas atividades.

## A Gestão Ambiental nas instituições públicas

A globalização dos problemas ambientais é um fato incontestável e as empresas estão, desde a sua origem, no centro desse processo. A Gestão Ambiental nos órgãos públicos se tornou evidente com a virada do século. No entanto, em linhas gerais, está associada ao modelo de gestão nos moldes do pensamento de desenvolvimento sustentável, em que se busca compatibilizar objetivos distintos, de modo a nenhum deles prejudicar o objetivo do outro.

O paradigma cartesiano da Gestão Ambiental institucional é apoiado em três critérios de desempenho, a saber: “eficiência econômica, equidade social e respeito ao meio ambiente,” (BARBIERI, p.2007). Percebemos claramente a predominância das concepções do capitalismo, a ausência da afetividade, a desvalorização da cultura parceira e do agir solidário nas relações sociais.

Noto que a administração pública estadual vem se preocupando em investir na política da qualidade da prestação de seus serviços amparadas em modelos de certificações. No que se refere à questão da Gestão Ambiental não foge a essa regra, a escolha em sua maioria é pela norma ISO 14.000.000,<sup>1</sup> numa perspectiva estratégica e discurso de desenvolvimento sustentável fragmentado, como diz Sorrentino (2002, p.19). O desenvolvimento sustentável

---

<sup>1</sup> Norma de certificação de Sistema de Gestão Ambiental.

fragmentado limita-se a propor soluções dentro da lógica de mercado. Compreendo que esse modelo de certificação se distancia das relações horizontais e do diálogo crítico de seus pares, pois, segundo Paulo Freire (1996, p.60): [...] os sujeitos dialógicos aprendem e crescem nas diferenças, sobretudo no respeito a elas [...]

Nas palavras de Leff (2001), a gestão ambiental é, sobretudo, um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida.

## Educação Ambiental Dialógica

“Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória.” (FREIRE, 1994, p.68).

Os embasamentos teóricos da Educação Ambiental Dialógica têm avançado com as contribuições de Paulo Freire, Carlos Brandão (2004), Maturana (2008) e Figueiredo (2007), este último autor apresenta alguns princípios fundamentais para a compreensão dessa proposta educativa:

o diálogo democrático como o elemento primordial; considerar o aprendente como autor ativo e a contextualização como essencial no processo educativo: a supra-alteridade e que valoriza o outro como legítimo outro e o saber parceiro.

Dessa forma, ao abordar essa temática, estou afirmando o intuito de discutir com nossos colegas Agentes Públicos, o diálogo mediatizado entre Paulo Freire e a Perspectiva Eco-Relacional (PER). Essa perspectiva é um paradigma contemporâneo que sugere superar as representações que fragmentam o modo de perceber a realidade, contribuindo assim para uma Educação Ambiental mais ampla, que assuma dimensões críticas e que perceba o mundo na sua totalidade. A escolha pela PER é por possibilitar a contextualização das dimensões culturais, políticas, jurídicas, afetivas e até espirituais. Como escreve Figueiredo (2003):

Os principais arcaços dessa Perspectiva Eco-relacional, além das essenciais contribuições freireanas, se fundamentam: na valorização do outro como legítimo outro que se humaniza nas relações afetivas (MATURANA, 1998); na dimen-

são relacional (MORAES, 1998); na superação de uma leitura cartesiana das relações sociais com as esferas não humanas próprias de algumas culturas autóctones. (BRANDÃO, 1994).

Paulo Freire oferece grandes contribuições para as reflexões no campo da Educação Ambiental Dialógica, seu pensamento pedagógico da educação libertadora, da autonomia e da esperança constituem um tripé literário de suporte teórico para os fundamentos das pesquisas na dimensão de uma compreensão mais solidária com o o outr@. No dizer desse educador a base de qualquer teoria e a chave do conhecimento encontram-se na experiência pessoal e na capacidade de aprendermos a partir de impressões retiradas do universo vivido (FREIRE, 1987).

A educação ambiental que sonhamos para as nossas relações é uma educação que busque a compreensão nos problemas contextualizados em articulação com as questões local e global. E isso significa considerar a participação efetiva dos autores e autoras por meio de ações e de instrumentos de políticas públicas e privadas em formas de ver e ler o mundo.

Não nos educamos abstratamente, mas na atividade humana coletiva, mediada pela natureza, com sujeitos localizados temporal e espacialmente. Ter clareza disso é o que nos leva a atuar em Educação Ambiental, mas não a partir do discurso genérico de que todos nós somos igualmente responsáveis e vítimas do processo de degradação ecossistêmica. (LOUREIRO, 2006, p.130).

## O Olhar Tecido para uma Práxis de Educação Ambiental Dialógica

Encontrei em Paulo Freire os fundamentos para a construção de significados de nossas práxis como seres dialógicos, pois, na compreensão de sua mensagem, o diálogo só acontece entre sujeitos interessados em compreender o mundo que os cerca para nele agir, construindo assim sua própria história. Nesse sentido, acredito que somente conhecendo qual a leitura que nós agentes públicos do Tribunal de Contas fazemos de nossas relações, primeiro com o nosso cotidiano, poderemos pensar numa gestão ambiental compartilhada de nosso espaço de trabalho e do nosso convívio com o entorno do bairro centro.

Essa etapa já está em processo, através de nossa pesquisa do mestrado, composta de dois momentos. O primeiro já vem ocorrendo com a aplicação de entrevistas semiestruturadas para ouvir o que esses companheiros pensam sobre alguns temas geradores, como por exemplo:

1. Gestão ambiental;
2. Educação ambiental;
3. Cultura institucional sobre o aspecto da gestão ambiental;
4. De quem é a responsabilidade da gestão ambiental no Tribunal de Contas;
5. Essa instituição tem alguma responsabilidade, perante a sociedade, de manter uma política de gestão ambiental;
6. Nós, agentes públicos, temos algum compromisso de zelar pelo entorno de nossa instituição de trabalho.

O segundo momento da pesquisa ocorrerá com um trabalho de intervenção objetivando a ampliação dos temas geradores, a fim de viabilizarmos a inserção dessas discussões para a compreensão de um projeto coletivo, dialogado, afetivo, amoroso, eminentemente parceiro. O amor conforme descrito por Maturana (1998, p.67): “O amor é a emoção que constitui o domínio de ações em nossas interações recorrentes com o outro que fazem do outro um legítimo outro na convivência.”

Essa segunda etapa da pesquisa será mediada pela categoria grupo-autor que, para Figueiredo (2007, p. 7), representa um conceito:

[...] que implica na conveniência de se valorizar tanto o grupo como os autores que compõem o grupo, com igual valor e importância; tanto os interesses individuais e coletivos. É relevante perceber a impossibilidade de esquecer de si mesmo diante dos interesses do grupo, da mesma maneira que o grupo é apoio e ampliação de poder, essencial nas conquistas individuais.

Achamos fundamental trabalhar na pesquisa do mestrado com essa categoria pois o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental Dialógica, Educação Intercultural, Educação

PERGAMUM  
BCCE/UFC

e Cultura Popular (GEAD), da Faculdade de Educação do Ceará (UFC), no qual somos integrantes, vem avançando em pesquisas com as metáforas categoriais da Perspectiva Eco-Relacional. Na realidade a categoria (ou metáfora) destacada é um conceito de grupo aprendente, que se afasta da ideia do centro e propõe o empoderamento do indivíduo no coletivo, para Figueiredo (2007) todos os integrantes do grupo-autor podem ampliar as representações coletivas.

As contribuições da Perspectiva Eco-Relacional na tessitura de nossa dissertação serão tecidas também pelo aporte das demais metáforas categoriais. Figueiredo (2007):

- **Supra-alteridade:** diálogo e respeito entre diferentes, contribuição de cada pessoa para a ampliação dos conhecimentos coletivos.
- **Saber-parceiro:** dialogal – as diferenças e diversidades se confundem com o que é meu e o que é do outro. O diálogo e a troca de experiências contribuem para a formação de novos saberes.
- **A afetividade:** ponto de apoio na relação com o outro.
- **A contextualização:** as vivências individuais para o contexto, relações dialogais.
- **@ autor(a) epistêmico(a):** cada um é capaz de reproduzir seu conhecimento, o saber é produzido por cada pessoa.
- **Transposição informacional:** juntar as peças, integrar saberes.
- **Grupo-epistêmico e o Círculo dialógico:** processos interativos, aprendizado comum.
- **Ecopraxis:** caminhar construindo um caminho que se alarga, prática ampliada que vislumbra transformação.

## Considerações Finais

Compreendo que antes de conhecer qual a práxis educacional dos meus colegas do Tribunal de Contas sobre o aspecto da Gestão Ambiental, devo repensar meu modo de agir, minhas atitudes e posturas para então construirmos coletivamente uma proposta de gestão que se distancie do papel de fiscalização, embora seja essa

a missão desse órgão público, para nos permitirmos experimentar ações solidárias, descoladas de propostas impositivas.

Através desse paradigma que se apresenta como Perspectiva Eco-Relacional, venho me permitindo refletir sobre a minha prática e conhecer meus limites e minha afetividade, incorporada também pela leitura da proposta freireana.

Entendo também que os resultados dessa pesquisa que se encontra em andamento poderão contribuir para uma nova prática de se lidar com os bens públicos, não apenas porque é público, custeado pelo dinheiro da sociedade e que por isso devemos preservar, mas sobretudo pelo respeitoso e afeto compartilhado, e que também não seja para se vivenciar apenas no nosso espaço de trabalho, mas que seja uma nova forma de ver e se relacionar conosco e com o mundo.

Os temas geradores Gestão Ambiental, Educação Ambiental e Cultura institucional sobre o aspecto da Gestão Ambiental bem como outros acima destacados e os que deverão surgir no círculo de cultura, serão problematizados pelo grupo-autor no sentido de viabilizarmos uma leitura dialógica e crítica, para isso iremos nos valer das contribuições das metáforas categorias da PER que estabelece a valorização das ideias e sentimentos das relações.

Figueiredo (2007) permeia todo o aporte desse paradigma no saber parceiro, o respeito ao outro enquanto legítimo outro e a contribuição de cada um para a ampliação dos conhecimentos do grupo. Por se tratar de uma proposta coletiva de gestão ambiental não só para as nossas relações de trabalho, mas sobretudo para as nossas posturas cidadãs no convívio entre os seres e os bens da sociedade cearense, compreendo que a PER contribuirá com a tessitura de nossa dissertação do mestrado.

Portanto, espero que essa construção coletiva que está em processo seja importante para contribuir com um olhar diferenciado nas nossas atribuições profissionais de fiscais dos bens públicos, posto que não cabe apenas aplicarmos a legislação e formular pareceres, bem como cuidarmos de nossa instituição de trabalho, mas também ampliarmos o nosso olhar, sermos de fato exemplos pelas atitudes e gestos compartilhados, vigiados pelas nossas próprias consciências e afetos.

## Referências Bibliográficas

BARBIERI, José Carlos. *Gestão ambiental empresarial*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007.

CAMPOS, Eduardo. *50 anos de Ceará Rádio Clube*. Fortaleza-CE, 1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.

FIGUEIREDO, J.B. Albuquerque. *Educação ambiental dialógica e representações sociais da água em cultura sertaneja nordestina: uma contribuição à consciência ambiental em Irauçuba-CE*. Tese (Doutorado), São Carlos-SP, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEFF, E. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 1998. Tradução de Orth, L.M.E. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

OLINDA, Ercília M.B. & FIGUEIREDO, J.B.A. *Formação humana e dialogicidade em Paulo Freire*: UFC, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo-SP: Hucitec, 1999.

SORRENTINO, M. Educação Ambiental e universidade: um estudo de caso. In: PADUA, S.M. & TABANEZ, M.F. (Orgs.). *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: Ipê, 1997. p.43-54.